

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PRÉ CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PRÉ CAR PARA IMÓVEIS RURAIS INSERIDOS NO SIGEF DO INCRA

PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL

PESSOA FÍSICA – DADOS PESSOAIS

CPF: _____ RG: _____
NOME: _____
APELLIDO: _____
PROFISSÃO: _____
NACIONALIDADE: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
E-MAIL: _____

REPRESENTANTE LEGAL E/OU TÉCNICO

NOME: _____
FUNÇÃO/CARGO: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
CPF: _____ RG: _____
ENDEREÇO: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL PARA CORRESPONDÊNCIA

É necessário informar um endereço de correspondência em área urbana para esse imóvel. Esse endereço poderá ser utilizado para o envio de futuras correspondências relacionadas à regularização do seu imóvel.

LOGRADOURO: _____
BAIRRO: _____
MUNICÍPIO: _____ UF: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
CELULAR: _____

DADOS DO IMÓVEL RURAL

NOME DO IMÓVEL: _____
O imóvel está localizado em Zona: [] Rural [] Expansão Urbana [] Urbana

DADOS DO CADASTRANTE

Nome do Cadastrante: _____
Nome da mãe: _____
Data de Nascimento: _____ / _____ / _____ CPF: _____

MÓDULO DE DOMÍNIO

Pessoa: [] Física – [] Jurídica
CPF/CNPJ: _____



Nome/Razão Social: _____
Nome Fantasia (pessoa jurídica): _____
Data de Nascimento (pessoa física): ____/____/____ Telefone: (____) _____
E-mail: _____
Logradouro: _____ Número: _____
Complemento: _____ Bairro: _____
CEP: _____ UF: _____ Município: _____
Nome da Mãe: _____

MÓDULO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Documentos de comprovação da Concessão, Propriedade ou Posse e Situação da Reserva Legal:

Tipo de Titularidade: Concessão Propriedade Posse

Tipo de documento de comprovação em caso de CONCESSÃO:

- Concessão de Direito Real de Uso – CDRU;
- Decreto de Declaração de Interesse Social expedido pela Presidência da República para Territórios Quilombolas;
- Portaria de Reconhecimento do INCRA;
- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI;
- Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS.

Área (ha): _____

Denominação da propriedade do documento: _____

Tipo de documento de comprovação em caso de PROPRIEDADE:

- Contrato de compra e venda;
- Em regularização;
- Certidão de registro;
- Escritura.

Nº da Matrícula: _____ Data do documento: ____/____/____

Área (ha): _____ UF: _____ Município do Cartório: _____

Livro: _____ Folha: _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Tipo de documento de comprovação em caso de POSSE:

- Termo de auto declaração de Posse;
- Autorização de Ocupação*;
- Carta de Anuência*;
- Concessão real de direito de uso*;
- Contrato de alienação de terras públicas*;
- Contrato de assentamento do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)*;
- Contrato de promessa de compra e venda;
- Contrato de concessão de domínio de terras públicas*;
- Contrato de concessão de terras públicas*;
- Contrato de transferências de aforamento*;
- Declaração de assentamento Municipal;
- Declaração do sindicato rural;
- Declaração dos confrontantes;
- Licença de ocupação*;
- Termo de doação*;



- Título de domínio*;
- Título de propriedade sob condição resolutiva*;
- Título de ratificação*;
- Título de reconhecimento de domínio*;
- Título definitivo, com reserva florestal, em condomínio*;
- Título definitivo sujeito a re-ratificação*;
- Título definitivo transferido, com anuência do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)*.

Para ser preenchido para as opções acima assinaladas com asterisco (*):

Data do documento: / /

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Emissor do documento: _____

Para ser preenchido caso a opção assinalada seja: Termo de auto declaração

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Termo de autodeclaração: _____

Para ser preenchido caso a opção assinalada seja: Contrato de promessa de compra e venda

Data do documento: / /

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Nome do vendedor: _____

CPF do vendedor: _____

Para ser preenchido caso a opção assinalada acima seja: Declaração de assentamento Municipal, Declaração do sindicato rural ou Declaração dos confrontantes

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Nome do declarante: _____

CPF/CNPJ do declarante: _____

Logradouro: _____ Número: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ UF: _____ Município: _____

Documentação: Comprovação de Concessão, Propriedade ou Posse: (Anexar documento quando existir).

Qual a situação da Reserva Legal?:

- Não Possui;
- Possui Termo de Compromisso de Averbação Dentro do Imóvel;

- Possui Termo de Compromisso de Averbação Fora do Imóvel;
- Possui Termo de Responsabilidade Dentro do Imóvel;
- Possui Termo de Responsabilidade Fora do Imóvel;
- Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Dentro do Imóvel;
- Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Fora do Imóvel;

Comprovação da Reserva Legal: (Anexar documento quando existir).

Não preencher abaixo em caso de (Não Possui).

Área de Reserva Legal (ha): _____

Nº do documento de comprovação da Reserva Legal: _____

Data do documento de comprovação da Reserva Legal: _____ / _____ / _____

MÓDULO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre o imóvel rural: _____

Deseja aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, caso o imóvel rural possua (uma das situações a seguir ocorridas até 22 de julho de 2008):

1-Necessidade de recomposição de áreas de APP e de uso restrito;

2-Déficit referente à Reserva Legal;

3-Autuação?

Sim Não

Qual a alternativa você pretende adotar, isolada ou conjuntamente, para regularizar o déficit de Reserva Legal?

- Compensar a Reserva Legal;
- Permitir a regeneração natural;
- Recompensar a Reserva Legal.

Caso realize compensação, como deseja compensar a área de déficit de Reserva Legal?

- Adquirir Cota de Reserva Legal – CRA;
- Arrendar área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;
- Cadastrar área equivalente de mesma titularidade com vegetação nativa em regeneração ou recomposição desde que localizada no mesmo bioma;
- Doar ao poder público área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;
- Não irei realizar compensação.

Existe Termo de Ajuste de Conduta (TAC) aprovado referente à regularização de APP, Reserva Legal ou Área de Uso Restrito? Sim Não

À Reserva Legal do imóvel rural está submetida à legislação de que período?

- A partir de 22/07/2008 – Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;
- 21/01/2001 a 21/07/2008 - MP nº 2.166-67, de 21 de janeiro de 2001;
- 27/12/2000 a 20/01/2001 - MP nº 2.080, de 21 de janeiro de 2001;
- 14/12/1998 a 26/12/2000 - MP nº 1.736-19/31 de 14 de dezembro de 1998, MP nº1885-38/44 de 29 de junho de 1999 a MP nº1.956 de 09 de dezembro de 1999;
- 11/12/1997 a 13/12/1998 - MP nº 1.605-18, de 11 de dezembro de 1997;
- 25/07/1996 a 10/12/1997 - MP nº 1.511-1, 25 de julho de 1996;
- 19/10/1994 a 24/07/1996 - Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994;
- 18/07/1989 a 18/10/1994 - Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;
- 15/09/1965 a 17/07/1989 - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;
- 23/01/1934 a 14/09/1965 - Decreto de Lei nº 23.793, de 23 de janeiro 1934;

[] Anterior a 23/01/1934.

DECLARATÓRIO

Reside no imóvel rural: Sim Não
Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP? Não Sim
Se sim, informe o número da DAP: _____ Data de vencimento: ____/____/____

Enquadra-se em que categoria de beneficiário?

Beneficiário Especial*: abrange o produtor familiar e o empreendedor familiar rural, povos e comunidades tradicionais (até 4 módulos fiscais municipais)

Beneficiário comum: abrange os produtores rurais que não estão inseridos na categoria "Beneficiário Especial"

*Incluídos na categoria de agricultura familiar conforme a lei 11.326/2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

A renda familiar é predominantemente originária das atividades econômicas desenvolvidas no imóvel? Sim Não

A mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas no imóvel é predominantemente familiar? Sim Não

Desmatou Área de Reserva Legal? Sim Não

Desmatou alguma Área de Remanescente de Vegetação Nativa no imóvel rural dos seguintes períodos?

Desmatou anterior a 22/07/2008

Desmatou posterior a 22/07/2008

Existe área desmatada na Área de Preservação Permanente – APP que configure o passivo ambiental no imóvel rural? Sim Não

OBS.: O Beneficiário especial deverá anexar a este documento o DAP

PROCESSOS AMBIENTAIS

Possui licenciamento ambiental da SUDEMA ou IBAMA? Não Sim
Se sim, marcar:
Modalidade da licença: LP LI LO
Atividade licenciada: _____
Número da licença: _____
Data de expedição da licença: ____/____/____ Validade da licença: ____/____/____

PROCESSOS AMBIENTAIS

Existem autos de infração/incidentes sobre o imóvel? Não Sim

Se sim, informe:

Instituição responsável pela lavratura do auto de infração: _____

Motivo da autuação: _____

Data da autuação: ____/____/____

Existem termos de embargo/incidentes sobre o imóvel? Não Sim

Se sim, informe:

Instituição responsável pela lavratura: _____

Motivo: _____

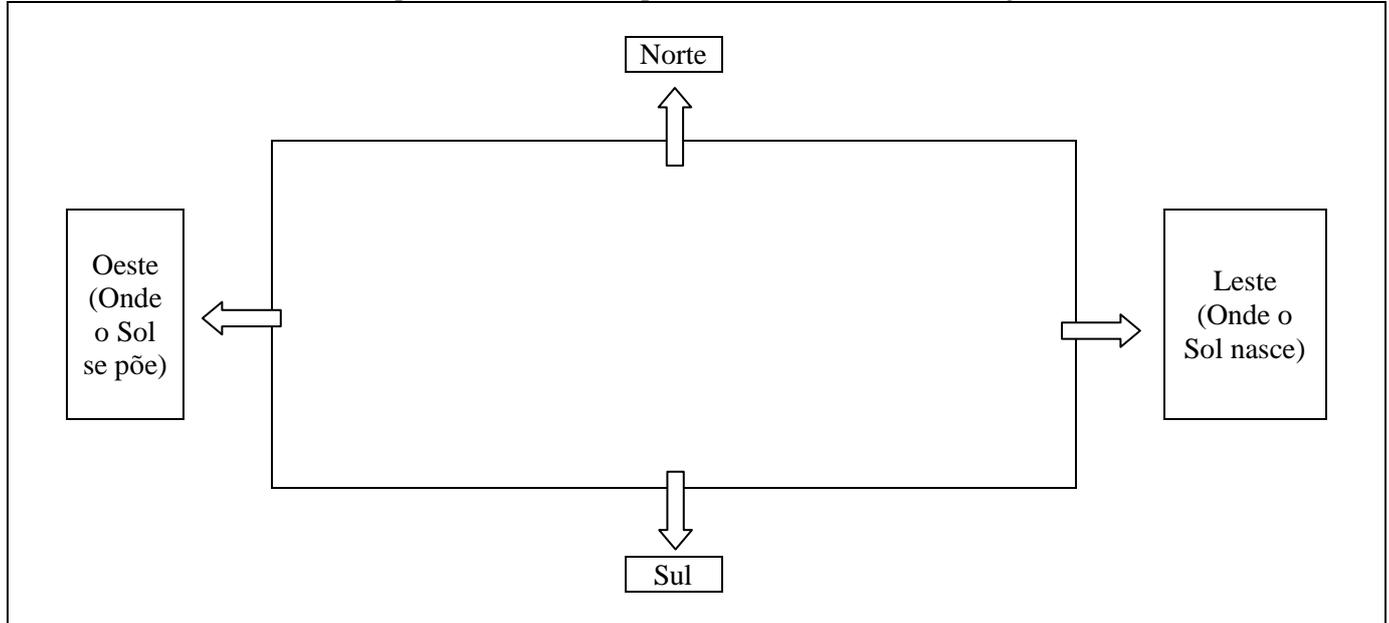
Data do embargo: _____

SISTEMA DE COORDENADAS

<input type="checkbox"/>	UTM	E(m):	<input type="text"/>	N(m):	<input type="text"/>		
<input type="checkbox"/>	Geográficas	Lat(φ)	<input type="text"/>	Long(λ)	<input type="text"/>		
SISTEMA DE REFERÊNCIA		<input type="checkbox"/>	Geocêntrico	<input type="checkbox"/>	SIRGAS-2000	<input type="checkbox"/>	WGS-84
MERIDIANO CENTRAL DE REFERÊNCIA:				FUSO:			

CROQUI DO IMÓVEL RURAL

Desenhe abaixo um croqui do imóvel rural, apontando a área de Reserva Legal.



Observação:

Orientamos aos cadastrantes que apresentem, caso possuam, quaisquer plantas, projetos e/ou croquis do imóvel rural que auxiliem no cadastro do imóvel quando da sua demarcação por meio do desenho das áreas, se aplicável, de interesse social e/ou utilidade pública, localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, Cursos D'água (Rios, reservatórios naturais e artificiais e nascentes) das áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais.

Exemplos: Planta planialtimétrica do imóvel rural, croqui de situação do imóvel rural, croquis diversos delimitando a área do imóvel, outros.

Obrigatoriamente deverão ser apresentados os documentos listados no artigo Art. 55. da Lei 12.651/2012. A inscrição no CAR dos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º observará procedimento simplificado no qual será obrigatória apenas a apresentação dos documentos mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 29 e de croqui indicando o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal.

- 1. Este documento garante o cumprimento do dispositivo nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida Lei;**
- 2. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;**
- 3. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que está sujeito à validação pelo órgão competente. Dessa forma, declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do**



artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais.

Autorizo o referido cadastrante - técnico da SUDEMA - a realizar os procedimentos cartográficos necessários a resguardar a integridade dos dados cartográficos contidos na planta planialtimétrica e no memorial descritivo anexado a este documento.

João Pessoa-PB, ____/____/____.

Nome legível / Assinatura do proprietário ou possuidor

Para Uso Exclusivo da Divisão de Atendimento (DIAT)

Protocolo de Atendimento:	Técnico responsável pelo Atendimento: _____
---------------------------	--

Para Uso Exclusivo do Setor de Geoprocessamento

Nº de Atendimento: _____	Técnico responsável pelo lançamento: _____
Carimbo do Setor	Chefe do Setor: _____ Jancerlan Gomes Rocha Matricula 720.541-0